



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000467-25.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maise Gama Magalhães**
 Requerido: **Saffi Treinamentos Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Existem nos autos duas versões a propósito do evento trazido à colação.

Sustenta a autora de um lado que dirigia regularmente um automóvel por via pública local quando, após acionar a sinalização de seta e com as cautelas devidas, iniciou manobra de conversão à esquerda para ingressar em outra via pública; nesse momento, foi surpreendida pela indevida tentativa de ultrapassagem de uma motocicleta pertencente à ré, a qual abalroou seu veículo.

A ré, em contraposição, atribuiu a responsabilidade do evento à autora porque realizou a conversão à esquerda em os cuidados necessários, interceptando a trajetória da motocicleta de sua propriedade e dando causa assim à colisão.

Da prova oral produzida, merece destaque o depoimento da testemunha Wagner Luis Malimpensa.

Ele conduzia uma outra motocicleta atrás da autora e viu quando esta indicou que faria conversão à esquerda por ter acionado a sinalização de seta correspondente; por tal motivo, reduziu a velocidade da motocicleta, vindo então a perceber que outra motocicleta – a da ré – o ultrapassou em velocidade superior à que empregava para atingir o automóvel da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, é certo que Marcelo Maciel da Silva respaldou a explicação da ré, enquanto a Bruna Fernanda Carlilo não presenciou a ocorrência.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à culpa do condutor da motocicleta da ré.

Com efeito, a testemunha presencial Wagner não tinha ligação alguma com os envolvidos e descreveu dinâmica que milita em desfavor do mesmo.

Deixou claro que a autora acionou a sinalização de seta evidenciando que faria conversão à esquerda, além de reduzir a velocidade do automóvel antes de iniciá-la.

Bem por isso, (a testemunha) agiu da mesma maneira, mas foi surpreendido pelo motorista da motocicleta da ré que o ultrapassou e atingiu o veículo da autora.

Tivesse este obrado de forma adequada, por certo evitaria o embate porque, a exemplo de Wagner, reunia condições de perceber a manobra da autora e permiti-la sem intercorrências.

Ao contrário, deu continuidade à sua trajetória e, o que é pior, buscou ultrapassar a autora, batendo contra seu automóvel quando ela já fazia a conversão.

É o que basta ao reconhecimento da responsabilidade da ré.

Nem se diga que a autora haveria de parar porque a via em que estava tinha duplo sentido de direção.

Bastava que reduzisse a velocidade – o que fez – para perceber a inexistência de veículos em sentido contrário – o que de fato inocorria – e fazer a conversão, não se lhe exigindo no caso concreto conduta diversa da que teve.

Já a circunstância de haver depoimento que abone a versão da ré não assume maior importância, porquanto Marcelo Maciel da Silva era o condutor da motocicleta da ré e, assim, possui claro interesse no desfecho da ação em benefício desta.

Em consequência, acolhe-se a pretensão deduzida, merecendo solução diversa o pedido contraposto ofertado pela ré.

No que concerne à indenização devida, a destinada ao ressarcimento dos danos materiais é inquestionável, mas tomará em consideração o orçamento de fl. 22, menor dentre os apresentados.

O mesmo não se dá em face do pedido de reparação dos danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque a autora não produziu prova consistente do abalo excepcional que tenha sofrido em decorrência do acidente, seja porque a ré não teria resolvido a questão rapidamente, seja porque a demora lhe teria acarretado problemas extraordinários.

Qualquer pessoa que nos dias de hoje se disponha a trafegar com veículo em via pública tem ciência de que poderá envolver-se em acidente, sujeitando-se a isso e, por óbvio, aos naturais dissabores que lhe digam respeito.

Na espécie vertente, nenhum dado que exorbitasse a normalidade foi apurado em detrimento da autora, a qual, não faz jus à indenização a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.465,51, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro/2013 (época da elaboração do orçamento de fl. 22), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**